Proposto por:

Divisão de Gestão Orçamentária (DIGOR)

Analisado por:

Departamento de Planejamento e Orçamento (DEPLO) Aprovado por:

Diretor Geral da Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF)

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

1 OBJETIVO

Estabelecer critérios e procedimentos relativos à proposta orçamentária anual do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Poder Judiciário.

2 CAMPO DE APLICAÇÃO E VIGÊNCIA

Esta Rotina Administrativa (RAD) se aplica à Divisão de Gestão Orçamentária, da Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGCPF/DIGOR), e entra em vigor a partir de <u>30 de outubro de 2009</u>.

3 DEFINIÇÕES

TERMO	OBJETO
Proposta Orçamentária Anual	Instrumento de uma política de gestão responsável, estimando a receita e despesa para o exercício subseqüente, apresentada sob a forma de orçamento-programa.
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	Estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro subseqüente, orientando a elaboração do Orçamento, dispondo sobre alteração na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras de fomento.
Lei de Orçamento Anual (LOA)	Elaborada em compatibilidade com o PPA e as diretrizes previstas na LDO, compreendida do Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos.
Fundo Especial do Tribuna de Justiça (FETJ)	Produto de receitas especificadas por lei, destinadas à realização de determinados objetivos ou serviços por meio de dotação consignada na Lei de Orçamento.
Sistema Integrado de Gestão Orçamentária (SIGO)	Sistema responsável pela produção dos Livros do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e do Orçamento Anual - LOA, além do Classificador de Codificações Orçamentárias.
Unidade Orçamentária (UO)	Agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou poder para os quais estão consignadas dotações próprias.

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo nº 2.950/2003	RAD-DGPCF-044	02	1 de 7



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

3 · · · · · · · · · · · · · · · ·			
TERMO	OBJETO		
Unidade Gestora (UG)	Unidade Orçamentária ou Administrativa investida do poder de gerir recursos e realizar atos de gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial, cujo titular, em conseqüência, está sujeito à tomada de contas anual, na conformidade do disposto nos artigos 81 e 82 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.		

4 REFERÊNCIAS

- Constituição Federal de 1988 (arts. 74, 99, 100 e 165 a 169);
- Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989 (arts. 209 a 213);
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Lei de Orçamento Anual (LOA);
- Lei de criação do Fundo Especial do Tribunal de Justiça nº 2.524/1996;
- Lei nº 2.836/97 (altera os artigos 2º e 3 º da Lei 2.524/1996);
- Lei Federal nº 4320/64 Normas Gerais de Direito Financeiro Contabilidade Pública Aplicada;
- Lei Estadual nº 287 de 04 de dezembro de 1979 Aprova o Código de Administração
 Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- Lei nº 3.217/99 (transcreve percentuais da Lei 713/83).

5 RESPONSABILIDADES GERAIS

FUNÇÃO	RESPONSABILIDADE							
DGPCF	 Aprovar a elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário a ser submetida aos Membros do Conselho da Magistratura; 							
	• apresentar a proposta orçamentária ao Conselho da							

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo nº 2.950/2003	RAD-DGPCF-044	02	2 de 7



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

FUNÇÃO	RESPONSABILIDADE
	Magistratura para aprovação.
Departamento de Planejamento e Orçamento (DGPCF/DEPLO)	 Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário a ser submetida aos Membros do Conselho da Magistratura; assessorar a diretora do DGPCF na apresentação da proposta orçamentária ao Conselho da Magistratura para aprovação.
	 Elaborar a proposta orçamentária anual; consolidar as propostas de receitas e despesas das unidades organizacionais;
Diretoria da DIGOR	 participar, juntamente com outros Poderes, das reuniões e audiências públicas sobre o tema;
	 submeter a proposta orçamentária ao Conselho da Magistratura para aprovação;
	 inserir no Sistema SIGO a proposta orçamentária aprovada.

6 CONDIÇÕES GERAIS

- **6.1** O orçamento da Corregedoria Geral da Justiça está incluído na proposta orçamentária do Fundo Especial do Tribunal de Justiça, elaborada pela DIGOR, conforme previsão encaminhada pelo Corregedor.
- 6.2 O orçamento do Fundo da EMERJ é elaborado e controlado pela própria Unidade Organizacional, cabendo à DIGOR realizar sua consolidação no orçamento do Poder Judiciário e excecutar modificações orçamentárias por meio de Créditos Suplementares, quando solicitado pela Unidade.

7 ELABORAR A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL

- **7.1** Identifica no Diário Oficial do Poder Executivo a publicação do Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei de Orçamento Anual, bem como todos os atos relativos à matéria.
- **7.2** Autua processo contendo a agenda preliminar para as reuniões de trabalho com os diversos Gestores de Despesas, visando à elaboração da proposta orçamentária.

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo nº 2.950/2003	RAD-DGPCF-044	02	3 de 7

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

- **7.3** Promove reuniões com os Gestores das Unidades Organizacionais, visando esclarecer dúvidas e fixar prazo para a apresentação de suas respectivas previsões de despesas.
- **7.4** Lavra as atas das mencionadas reuniões, encaminhando aos gestores para ciência e ratificação de seus termos.
- **7.5** Solicita ao Departamento de Gestão da Arrecadação (DGPCF/DEGAR) estimativa da receita do FETJ para o próximo exercício e os dois subseqüentes.
- **7.6** Procede à consolidação após recebidas as previsões de receitas e despesas, adequando-as aos projetos contidos no Plano de Ação Governamental (PAG).
- **7.7** Recebe o ofício do Poder Executivo, por meio do Gabinete (DGPCF/GBPCF), com a estimativa da Receita Corrente Líquida.
- **7.8** Elabora a proposta da Unidade Orçamentária de Pessoal em compatibilidade com o percentual determinado na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- **7.9** Recebe ofício da Divisão de Precatórios Judiciais da Presidência (PRES/DIPRE) e identifica por Poder ou Órgão os de natureza alimentícia a serem inscritos na proposta, bem como os de custeio e investimento de responsabilidade do Poder Executivo.
- 7.10 Elabora ofício a ser encaminhado pela Diretora Geral de Planejamento Coordenação e Finanças ao Diretor-Presidente do RIOPREVIDÊNCIA, com estimativa de despesa com Pessoal Inativo e Pensionista do Poder Judiciário.
- 7.11 Elabora os ofícios a serem encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Justiça ao Presidente da Assembléia Legislativa, Chefe do Poder Executivo, Presidente do Tribunal de Contas e Procurador-Geral da Justiça, comunicando a existência ou não de precatórios de natureza alimentícia de responsabilidade de cada Órgão.
- **7.12** Participa da sessão pública a fim de tomar ciência das diretrizes da proposta orçamentária.
- 7.13 Participa de reuniões externas para elaboração do Orçamento.

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo nº 2.950/2003	RAD-DGPCF-044	02	4 de 7



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

- 7.14 Procede à inclusão dos dados no Sistema SIGO.
- **7.15** Submete a proposta orçamentária à aprovação do DEPLO e da DGPCF.
- 7.16 Elabora ofício a ser encaminhado pela Diretora Geral da DGPCF ao Presidente deste Tribunal, solicitando a apreciação e aprovação da Proposta Orçamentária pelo Conselho da Magistratura.
- **7.17** Encaminha aos membros do Conselho da Magistratura cópias da proposta orçamentária para avaliação prévia.
- 7.18 Apresenta para aprovação proposta orçamentária, juntamente com os Diretores da DGPCF e do DEPLO, aos membros do Conselho da Magistratura, em sessão estabelecida pelo Regimento Interno.
- **7.19** Caso a proposta não seja aprovada, realiza os ajustes necessários.
- 7.20 Caso a proposta seja aprovada, encerra a proposta no Sistema SIGO.
- **7.21** Elabora ofício com cópias da proposta e encaminha ao Presidente do TJERJ, titular da Unidade Gestora.
- **7.22** Encaminha proposta ao GBPCF, para envio, concomitantemente, ao Poder Executivo e Legislativo.
- 7.23 Recebe o processo aprovado pelos membros do Conselho da Magistratura.
- **7.24** Arquiva o processo na unidade.

8 GESTÃO DE REGISTROS

8.1 Os registros deste processo de trabalho são geridos pela UO e mantidos em seu arquivo corrente, de acordo com a tabela de gestão de registros apresentada a seguir:

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo nº 2.950/2003	RAD-DGPCF-044	02	5 de 7



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

IDENTIFICAÇÃO	CÓDIGO CCD*	RESPON- SÁVEL	ARMAZE- NAMENTO	RECUPERA- ÇÃO	PROTEÇÃO	RETENÇÃO (ARQUIVO CORRENTE - PRAZO DE GUARDA NA UO**)	DISPOSIÇÃO
Autos de processo "Elaboração da Proposta Orçamentária"	0-5-1-1-2 b	DIGOR	Armário	Assunto/ número do processo	Condições Apropriadas	6 anos	Eliminação na UO
Autos de processo "Proposta Orçamentária Aprovada"	0-5-1-1-2 d	DIGOR	Armário	Assunto/ número do processo	Condições Apropriadas	5 anos	DGCON/ DEGEA***

Legenda:

Notas:

- a) Eliminação na UO procedimentos da RAD-DGCON-020 Eliminar Documentos nas Unidades Organizacionais.
- b) DGCON/DEGEA procedimentos da RAD-DGCON-002 Arquivar e Desarquivar Documentos no DEGEA; procedimentos da RAD-DGCON-017 Avaliar, Selecionar e Eliminar Documentos do Arquivo Intermediário e procedimentos da RAD-DGCON -021 Gerir Arquivo Permanente.
- c) Os registros lançados no Sistema Corporativo são realizados por pessoas autorizadas e recuperados na UO. O armazenamento, a proteção e o descarte desses registros cabem à DGTEC, conforme RAD-DGTEC-021 Elaborar e Manter Rotinas de Armazenamento de Segurança do Banco de Dados e Servidores de Aplicação.

9 ANEXO

 Anexo – Fluxograma do processo de trabalho Elaborar a Proposta Orçamentária Anual.

========

Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo nº 2.950/2003	RAD-DGPCF-044	02	6 de 7

^{*}CCD = Código de Classificação de Documentos.

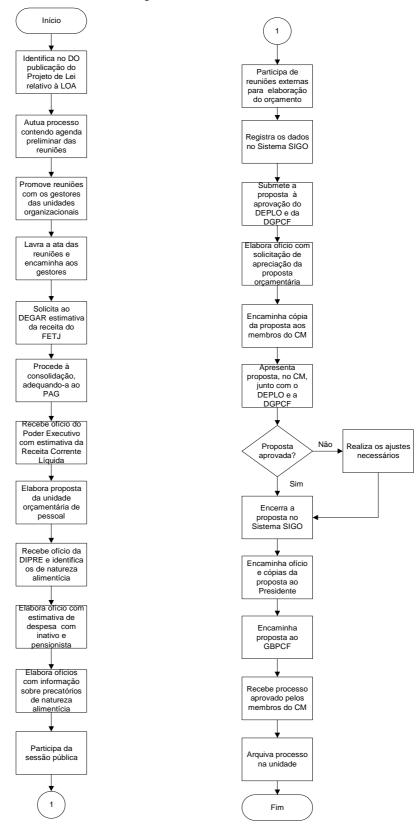
^{**}UO = Unidade Organizacional.

^{***}DGCON/DEGEA = Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento.



ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da intranet é cópia não-controlada.

ANEXO – FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE TRABALHO ELABORAR A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL



Base Normativa:	Código:	Revisão:	Página:
Ato Executivo nº 2.950/2003	RAD-DGPCF-044	02	7 de 7